

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Chefe de Estado e de governo:	Barack H. Obama
Penal de morte:	retencionista
População:	313,1 milhões
Expectativa de vida:	78,5 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	7,8 por mil

Quarenta e três homens foram executados no decorrer do ano, enquanto persistiam as preocupações sobre a crueldade das condições prisionais. Um grande número de indivíduos continuou sob detenção militar indefinida em Guantánamo. O governo anunciou que iria pedir a imposição da pena de morte contra seis desses detidos, em julgamentos conduzidos por comissões militares. No fim do ano, aproximadamente três mil pessoas estavam mantidas na unidade de detenção dos EUA na base aérea de Bagram, no Afeganistão. O uso de força letal, no contexto do combate ao terrorismo, foi motivo de sérias preocupações, bem como as constantes denúncias de uso excessivo da força em ações policiais no âmbito doméstico.

Combater o terrorismo e segurança

Detenções em Guantánamo

No fim de 2011, quase dois anos depois do prazo estipulado pelo Presidente Obama para o encerramento da unidade de detenção de Guantánamo, 171 homens continuavam detidos na base, entre eles, quatro condenados por comissões militares.

Um detido foi transferido da base durante o ano. Dois detidos morreram, ambos de nacionalidade afegã, um por causas naturais e outro supostamente por suicídio. Com estes óbitos, sobe para oito o número de detidos que se sabe terem morrido na base.

No dia 31 de dezembro, o Presidente Obama promulgou a Lei da Autorização de Defesa Nacional. Entre outras coisas, a lei prevê que, para combater o terrorismo, as pessoas podem ser detidas por tempo indeterminado sem que, para isso, precisem ser acusadas ou julgadas.

Julgamentos dos detidos de Guantánamo

No dia 4 de abril, o secretário da Justiça anunciou que cinco detidos de Guantánamo acusados de envolvimento nos ataques de 11 de setembro de 2001 – Khalid Sheikh Mohammed, Walid bin Attash, Ramzi bin al-Shibh, Ali Abd al-Aziz e Mustafa al Hawsawi – seriam julgados por comissão militar. A decisão contrariava o anúncio feito pelo secretário de Justiça, em dezembro de 2009, de que os cinco seriam julgados em tribunais federais regulares nos Estados Unidos. O secretário da Justiça culpou os congressistas pela reviravolta no caso, pois eles "impuseram restrições que impediam o governo de trazer qualquer detido de Guantánamo para ser julgado nos Estados Unidos". Os procuradores recomendaram que, se condenados, os cinco deveriam receber a pena de morte. Os julgamentos ainda não tinham começado no fim do ano. Antes de serem transferidos para Guantánamo, em 2006, os cinco detidos foram mantidos em regime de incomunicabilidade por períodos de até quatro anos, sob custódia secreta dos EUA.

Em setembro, a autoridade encarregue de convocar as comissões militares encaminhou o processo contra o cidadão saudita Abd al Rahim al-Nashiri para julgamento; se condenado, ele poderá receber a pena de morte. O governo afirmou que Abd al-Nashiri poderá ser detido novamente, por tempo indeterminado, mesmo que seja absolvido pela comissão militar responsável pelo julgamento, o que ainda não tinha ocorrido até o fim do ano.

Em fevereiro, o cidadão sudanês Noor Uthman Muhammed admitiu perante uma comissão militar ser culpado de fornecer material de apoio ao terrorismo, sendo sentenciado a 14 anos de prisão. Com exceção do cumprimento de 34 meses da pena, o resto da sentença foi suspensa em troca da sua colaboração como testemunha dos Estados Unidos em futuros procedimentos de comissões militares ou tribunais federais.

O caso de Noor Uthman Muhammed eleva para seis o número de indivíduos condenados por comissão militar desde 2001, quatro dos quais declararam-se culpados.

O cidadão canadiano Omar Khadr, que tinha 15 anos quando foi capturado pelas forças norte-americanas em 2002, permanecia em Guantánamo no fim de 2011. Em 2010, tinha sido condenado a 40 anos de prisão por uma comissão militar, depois de se declarar culpado de cinco acusações de "crimes de guerra". Posteriormente, a sua sentença foi limitada para oito anos. As autoridades canadianas e norte-americanas concordaram em apoiar a sua transferência para o Canadá depois de cumprir um ano da pena sob custódia dos EUA. Esse primeiro ano completou-se em outubro.

O Tribunal Revisor das Comissões Militares emitiu pareceres nos casos de dois cidadãos iemenitas, Salim Ahmed Hamdan e Ali Hamza Ahmad Suliman al Bahlul, condenados por comissão militar. Em ambos os casos, o tribunal manteve as condenações e as sentenças.

O cidadão tanzaniano Ahmed Khalfan Ghailani, condenado por um tribunal federal de primeira instância, em novembro de 2002, por envolvimento nos atentados à bomba contra embaixadas dos EUA no leste da África, em 1998, foi sentenciado à prisão perpétua em janeiro. Tinha sido mantido sob custódia secreta da CIA durante dois anos, e sob custódia militar dos EUA, em Guantánamo, durante quase três anos, antes de ser transferido para Nova Iorque, em 2009. No fim de 2011, continuava a ser o único ex-detido de Guantánamo a ser transferido para julgamento num tribunal federal dos EUA.

Detenções dos EUA no Afeganistão

Centenas de detidos foram mantidos no Centro de Detenção de Parwan que os EUA possuem na base aérea de Bagram, no Afeganistão. No local estavam detidos aproximadamente 3.100 pessoas, um número cerca de três vezes maior que o do ano anterior. Segundo o Comité Internacional da Cruz Vermelha, a maioria era cidadãos afegãos capturados pelas forças da coligação no sudeste e no leste do Afeganistão. Em janeiro, de acordo com o Pentágono, o processo de "transferência das operações de detenção" na unidade de Parwan para as autoridades afegãs tinha sido iniciado com a entrega de uma das unidades de alojamento para o controle do Ministério da Defesa afegão. (Ver entrada do Afeganistão)

Prosseguiram os litígios nos tribunais federais de primeira instância dos Estados Unidos sobre se os detidos mantidos em Bagram poderiam ter acesso aos tribunais do país a fim de questionar a legalidade de sua detenção. Em maio de 2010, o Tribunal de Recurso dos EUA revogou uma decisão de 2009, de um tribunal federal de primeira instância, de que três detidos de Bagram – que não eram cidadãos afegãos e que estavam detidos fora do Afeganistão – poderiam interpor ações de *habeas corpus* nesse tribunal.

Outras detenções e julgamentos

Ahmed Abdulkadir Warsame, um cidadão somali, foi detido em abril, no Golfo de Aden, pelas forças norte-americanas, levado para os EUA no início de julho e indiciado por delitos relacionados com o terrorismo. Aparentemente, Ahmed Warsame foi mantido em regime de incomunicabilidade durante, pelo menos, seis semanas e em detenção secreta por, pelo menos, duas semanas antes de ser transferido para os EUA. As autoridades responderam às preocupações da Amnistia Internacional sobre o tratamento recebido por ele antes da transferência afirmando que: "o governo dos EUA tem declarado constantemente que está em guerra com a Al Qaeda e forças aliadas, e que o governo poderá tomar todas as medidas legais, inclusive detenção, a fim de derrotar o inimigo".

Impunidade

Não houve responsabilização pelas violações de direitos humanos cometidas sob o governo do presidente George W. Bush como parte do programa secreto de detenções e transferências extrajudiciais (*renditions*) da CIA; ou seja, transferir pessoas da custódia de um Estado para a de outro, esquivando-se do devido processo judicial e administrativo.

A 16 de maio, o Supremo Tribunal recusou uma audiência do caso *Mohamed v. Jeppesen*, de transferência extrajudicial. Manteve, assim, a decisão de 2010, de um tribunal de primeira instância, que indeferia a ação interposta por cinco homens sob o argumento de terem sido submetidos a desaparecimentos forçados, torturas ou outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes às mãos de agentes dos Estados Unidos e de outros governos como parte do programa secreto de detenções e transferências extrajudiciais dos EUA. Em novembro, os cinco homens levaram o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

No dia 30 de junho, o secretário da Justiça dos EUA anunciou que a "revisão preliminar" sobre os interrogatórios realizados sob o programa da CIA estava em vias de conclusão. Afirmou que tinha aceitado as recomendações dos procuradores de que fosse conduzida uma "investigação criminal plena" em relação às duas mortes sob custódia; porém, não estava garantido que houvesse investigações adicionais noutros casos.

Num parecer emitido em outubro, um juiz federal recusou-se a reconhecer que a CIA tinha comprometido a Justiça ao destruir as gravações de vídeo contendo os interrogatórios dos detidos mantidos ao abrigo do programa secreto de detenções. As gravações – que continham imagens do uso de "técnicas de interrogatório intensificadas", como a simulação de afogamento ("*waterboarding*") – foram destruídas em 2005, mais de um ano *depois* do tribunal ter ordenado que o governo apresentasse ou identificasse provas referentes ao tratamento dos detidos.

Uso de força letal

Osama bin Laden e outras pessoas foram mortas no dia 1 de maio, num complexo na cidade de Abbottabad, no Paquistão, durante uma operação das forças especiais dos

EUA. O governo dos Estados Unidos deixou claro que a operação tinha sido levada a cabo de acordo com a teoria norte-americana de que existe um conflito armado global entre os EUA e a Al Qaeda, no qual o país não reconhece a aplicação do direito internacional dos direitos humanos. Na ausência de maiores esclarecimentos da parte das autoridades norte americanas, a morte de Osama bin Laden poderá ser considerada ilegal.

Anwar al-Awlaki, Samir Khan e pelo menos outras duas pessoas foram mortas no Iémen, a 30 de setembro, quando um avião teleguiado (*drone*) dos EUA atacou os veículos em que viajavam. Até ao fim do ano, a Amnistia Internacional ainda não tinha recebido qualquer resposta das autoridades dos EUA em relação às preocupações, manifestadas pela organização, de que estas mortes aparentavam configurar execuções extrajudiciais.

Uso excessivo da força

Pelo menos 43 pessoas morreram depois de serem atingidas pela polícia com armas Taser. Com estas mortes, o número de incidentes com este tipo de arma chega aos 497 desde 2001. Apesar dos médicos legistas terem atribuído a maioria das mortes a outros fatores, tais como problemas de saúde subjacentes, as armas Taser foram relacionadas como causa ou fator que contribuiu para a morte em mais de 60 casos. Das pessoas que perderam a vida, a maioria estava desarmada e não apresentava ameaça grave quando foi eletrocutada.

Em maio, o Instituto Nacional de Justiça publicou um relatório sobre as mortes ocorridas após o uso de dispositivos condutores de energia, tais como as armas Taser. O relatório afirmava não haver "quaisquer provas médicas conclusivas" a indicar um risco elevado de morte ou de lesões graves em adultos saudáveis expostos a tais dispositivos. Entretanto, o relatório observou que muitas das mortes atribuídas às armas Taser envolviam exposição múltipla ou prolongada aos choques elétricos, tendo recomendado que tal uso fosse evitado. O estudo observou ainda que estas margens de segurança podem não se aplicar no caso de crianças pequenas, pessoas com problemas cardíacos, idosos, mulheres grávidas ou outras pessoas que "possam correr riscos".

A Amnistia Internacional continua a apelar para que as entidades encarregues da aplicação da lei suspendam o uso destas armas ou que se limitem a usá-las exclusivamente em casos que envolvam ameaças imediatas de morte ou ferimentos graves.

Houve denúncias de que a polícia usou força excessiva contra manifestantes que participavam no movimento *Ocupe Wall Street*. Em Oakland, na Califórnia, os polícias que tentaram dispersar os manifestantes, em outubro e novembro, foram indiciados por lançar gás lacrimogéneo e disparar cartuchos não letais e granadas de *flash* de modo indiscriminado contra multidões pacíficas, ferindo gravemente pelo menos duas pessoas. Uma ação civil sobre o caso tramitava no final do ano. Em Tulsa, no estado de Oklahoma, e em Seattle, no estado de Washington, a polícia usou gás pimenta contra manifestantes não violentos.

Em incidentes separados, três pessoas, entre elas dois adolescentes, foram atingidas a tiro e mortas por polícias da Patrulha de Fronteiras dos EUA, por alegadamente terem arremessado pedras aos polícias ao longo da fronteira entre os Estados Unidos e o México. Duas dessas pessoas estariam do lado mexicano da fronteira, onde foram

atingidas pelos tiros disparados dos EUA. Uma investigação do Departamento de Justiça dos EUA sobre os tiros que atingiram Sergio Adrián Hernández Güereca, de 15 anos, em circunstâncias semelhantes, em 2010, ainda não tinha sido concluída no fim do ano.

Condições prisionais

Na Califórnia, milhares de presos entraram em greve de fome, em julho e outubro, para protestar contra as condições cruéis de isolamento nas Unidades de Alojamento de Segurança do estado, conhecidas, na sigla em inglês, como SHU. Na SHU da Prisão Estadual de Pelican Bay, mais de mil presos estavam encerrados em celas sem janelas, durante 22 horas e meia por dia, em condições que, em 1995, um tribunal afirmou poderem "chegar aos limites do que a maioria dos seres humanos pode tolerar psicologicamente". Na altura da greve de fome, mais de 500 presos de Pelican Bay já tinham passado pelo menos 10 anos nessas condições, sendo que 78 passaram 20 anos ou mais numa SHU. No fim do ano, uma série de reformas estavam a ser examinadas, como a que alterava os procedimentos para impor o confinamento em SHU, por tempo indefinido, a supostos membros de gangues. A Amnistia Internacional uniu-se a outras organizações para condenar as medidas disciplinares tomadas contra os presos que entraram em greve de fome e para pedir o fim das condições desumanas. Noutros estados, como o Arizona e Texas, milhares de presos continuavam isolados em condições semelhantes.

Bradley Manning, o soldado norte-americano acusado de fornecer documentos ao Wikileaks, passou os primeiros 11 meses de sua detenção confinado numa cela solitária numa cadeia da marinha em Quântico, estado da Virgínia. Em abril, as suas condições melhoraram quando foi transferido para uma unidade militar de segurança média, onde teve permissão para manter contato com outros presos que aguardavam julgamento. Uma audiência preliminar sobre as ações criminais contra ele teve início a 16 de setembro.

Direitos das crianças

Em março, os EUA declararam ao Conselho de Direitos Humanos da ONU que apoiavam os objetivos da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, bem como as recomendações feitas por outros governos, durante o processo de Revisão Periódica Universal, para que os EUA ratificassem a Convenção. No fim do ano, os Estados Unidos continuavam a ser um dos dois únicos países que não ratificaram esse tratado; o outro era a Somália.

Em agosto, Jordan Brown foi transferido para julgamento num tribunal de menores no estado da Pensilvânia. Nos dois anos e meio anteriores, corria o risco de ser julgado como adulto e sentenciado à prisão perpétua, sem possibilidade de liberdade condicional, por um crime cometido quando tinha 11 anos de idade.

Em novembro, o Supremo Tribunal dos Estados Unidos aceitou examinar a proibição da imposição de prisão perpétua, sem liberdade condicional, para crimes de homicídio cometidos por menores de 18 anos; espera-se uma decisão para meados de 2012. Em 2010, o Tribunal proibiu a prisão perpétua sem liberdade condicional para crimes cometidos por menores que não envolvam homicídios.

Direitos dos migrantes

Em setembro, um juiz federal suspendeu temporariamente algumas provisões de uma lei adotada no estado do Alabama sobre imigrantes sem documentação. Outros

dispositivos da lei foram mantidos, tais como um artigo requerendo que as polícias estadual e local verifiquem o estatuto imigratório do indivíduo durante abordagens de rotina no trânsito, quando houver "suspeitas razoáveis" de que possa tratar-se de um imigrante ilegal. A lei, a mais rigorosa desse tipo já adotada no país, estava a ser contestada no fim do ano pelo Departamento de Justiça dos EUA, por grupos religiosos e por entidades da sociedade civil. Legislações semelhantes adotadas em estados como Geórgia, Carolina do Sul, Indiana e Utah também estavam a ser impugnadas em tribunais federais.

Direito à saúde – mortalidade materna

Centenas de mulheres continuaram a morrer devido a complicações relacionadas com a gravidez e que poderiam ser evitáveis. Não houve qualquer avanço no sentido de alcançar as metas estabelecidas pelo governo para reduzir a mortalidade materna, e persistiram as disparidades baseadas na raça, etnia, local de residência e rendimentos. No decorrer do ano, diversos projetos de lei foram apresentados ao Congresso, contendo medidas para enfrentar as disparidades no acesso à saúde, para direcionar fundos para os estados a fim de criar comitês de análise da mortalidade e para estabelecer melhores práticas. No fim do ano, nenhum desses projetos tinha sido transformado em lei.

Proseguiram as ações judiciais contestando a lei de reforma do sistema de saúde de 2010.

Pena de morte

Quarenta e três presos – todos homens – foram executados nos EUA durante o ano, todos por injeção letal. Com estas mortes, elevou-se para 1.277 o número total de execuções efetuadas no país desde 1976, quando o Supremo Tribunal suspendeu uma moratória à pena de morte.

Em março, o Illinois tornou-se o 16º estado abolicionista dos EUA. Em novembro, o governador do Oregon impôs uma moratória às execuções no estado e pediu que o sistema de pena capital fosse sujeito a uma "longa e já tardia reavaliação".

Em novembro, o estado de Idaho realizou a sua primeira execução em 17 anos.

■ Eddie Powell foi executado no Alabama, a 16 de junho, apesar das provas de que ele apresentava um grau de "atraso mental" que pode tornar a sua execução inconstitucional.

■ O cidadão mexicano Humberto Leal García foi executado no Texas a 7 de julho. Por lhe terem sido negados os seus direitos consulares após a prisão, a sua execução violou as leis internacionais e uma ordem de cumprimento compulsório do Tribunal Internacional de Justiça.

■ Troy Davis foi executado na Geórgia a 21 de setembro apesar das sérias dúvidas sobre a credibilidade de sua condenação. Sua execução foi levada a cabo mesmo perante as centenas de milhares de apelos por clemência.

■ Manuel Valle foi executado na Flórida a 28 de setembro após três décadas no corredor da morte.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Amnistia Internacional participaram como observadores nos procedimentos das comissões militares em Guantánamo, em novembro, e visitaram os EUA em fevereiro, julho e novembro, quando visitaram unidades prisionais de isolamento na Califórnia, entre as quais a de Pelican Bay.

📄 USA: See no evil – government turns the other way as judges make findings about torture and other abuse (AMR 51/005/2011)

📄 USA: Digging a deeper hole – administration and Congress entrenching human rights failure on Guantánamo detentions (AMR 51/016/2011)

📄 Cruel conditions for pre-trial detainees in US federal custody (AMR 51/030/2011)

📄 EUA: 100 anos de solitária: os '3 de Angola' e sua luta por justiça (AMR 51/041/2011)

📄 USA: Remedy blocked again – Injustice continues as Supreme Court dismisses rendition case (AMR 51/044/2011)

📄 USA: An embarrassment of hitches – reflections on the death penalty, 35 years after *Gregg v. Georgia*, as states scramble for lethal injection drugs (AMR 51/058/2011)

📄 “This is where I’m going to be when I die” – children facing life imprisonment without the possibility of release in the USA (AMR 51/081/2011)

📄 USA: Amnesty International calls for urgent reforms to California security housing units as prison hunger strike resumes (AMR 51/085/2011)

📄 USA: Guantánamo – A decade of damage to human rights (AMR 51/103 /2011)

📄 Deadly delivery: The maternal health care crisis in the USA - one year update, spring 2011 (AMR 51/108/2011)